

A MEMÓRIA DISCURSIVA E A HISTORICIDADE DAS LÍNGUAS DE FRONTEIRA NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO SUL-RIOGRANDENSES

Emmanuelle C. Ribeiro Bär¹
Eliaana da Rosa Sturza²

Resumo: Este artigo trata sobre dois pressupostos da Análise de Discurso: a memória discursiva e a historicidade. Mobilizando esses conceitos, se objetiva refletir sobre o funcionamento das línguas de fronteira e como estas fazem sentido no discurso dos sujeitos que vivem na fronteira. Como base teórica para esta reflexão, recorreremos a obras de Orlandi, Guimarães e Sturza. Com este trabalho, foi possível compreender o quanto o interdiscurso, a historicidade e a memória discursiva significam no discurso dos sujeitos. No Brasil, a língua não é homogênea, há uma diversidade de línguas que precisam da memória (interdiscurso) para funcionar. As línguas de fronteira estão incluídas nessa diversidade e são um elemento forte de identificação dos sujeitos que vivem nas zonas limítrofes do estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Memória discursiva. Historicidade. Línguas de fronteira.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Orlandi (2002, p. 124) a Análise de Discurso nos permite pôr em relação diferentes ordens do discurso: a do saber “sobre” a língua e a do saber “a” língua. O saber “sobre” a língua é o metalinguístico, e é sobre esta ordem do discurso que se trata sobre as línguas de fronteira. Objetiva-se, através da historicidade, do interdiscurso e da memória discursiva, compreender como as línguas de fronteira funcionam e fazem sentido no discurso dos sujeitos que vivem na fronteira.

É importante destacar que se selecionou trabalhar sobre as línguas de fronteira que funcionam nas condições de produção sul-riograndenses, visto o vasto território das fronteiras brasileiras. Como base teórica para as considerações acerca da Análise de Discurso recorre-se ao trabalho produzido por Orlandi (2013, 2009). Logo, trata-se sobre a historicidade da

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos na UFSM. Graduada em Letras – Habilitação em Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola pela UFSM.

² Doutora em Linguística pela UNICAMP e Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

língua portuguesa nas condições de produção brasileira. A língua portuguesa que entra em contato com o espanhol nas fronteiras sul-riograndenses é o português brasileiro e não o português europeu. Assim, torna-se de suma importância toda esta memória que também significa no discurso dos sujeitos que vivem na fronteira.

Segundo Guimarães (2013, p. 14) é o interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. "Falar é estar nesta memória". Logo, o conceito de interdiscurso, assim como o de memória discursiva e historicidade, serviram como base para a reflexão sobre as línguas de fronteira. Como a Enunciação dialoga com a Análise de Discurso, mobilizaram-se conceitos que estão na obra *Semântica do Acontecimento* (2013) de Eduardo Guimarães, como o político e o espaço de enunciação, que também nos ajudaram a compreender o funcionamento das línguas de fronteira nas condições de produção sul-riograndense.

1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DE DISCURSO

Para Orlandi (2013, p. 15) "o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando". A Análise de Discurso considera como imprescindíveis para o entendimento do discurso as condições de produção. Há uma relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, ou seja, a língua relaciona-se à sua exterioridade.

A memória, o contexto sócio-histórico e o ideológico são essenciais na produção do discurso. Partindo-se da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha-se a relação língua-discurso-ideologia. Segundo Orlandi (2013, p. 20) a Análise de Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística e Marxismo, porém interroga a

Linguística pela historicidade que deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Na análise de discurso a historicidade não pode ser entendida como uma simples cronologia, evolução, ou relação de causa e efeito. "Trata-se antes de pensar relações de filiação, de memória (estruturada pelo esquecimento), de discursividade" (ORLANDI, 2009, p. 87).

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito (ORLANDI, 2013, p. 68).

As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Quando o sujeito fala, pensa que é a origem do dizer, no entanto "o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua". É o que se chama de interdiscurso, sempre há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. "O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Assim, em todo o dizer devem-se considerar a memória (constituição) e a atualidade (formulação). É desse jogo que saem os sentidos" (ORLANDI, 2013, p. 32 e 33).

Pêcheux (1999, p. 52) define a memória discursiva como sendo "aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível".

O sujeito é entendido como livre e submisso, porque pode tudo dizer, porém está submetido à língua para sabê-la. Isto é a base para o que se chama assujeitamento: a submissão do sujeito ao saber. A incompletude é outra característica importante do discurso. Nem os sujeitos nem os sentidos estão completos, porque a falta é também o lugar do possível.

2 A HISTORICIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO BRASILEIRA

Antes de se pensar sobre a memória discursiva das línguas de fronteira, deve-se compreender como ocorreu o processo histórico da língua portuguesa no território brasileiro. Quando se pensa sobre o português de Portugal e o português do Brasil, logo se tem a ideia de uma língua comum. Porém, não se pode desconsiderar que, mesmo nos tempos do Brasil colônia, já havia duas sociedades politicamente e culturalmente distintas, além do afastamento no espaço. Esses fatores geraram deslocamentos em que se foi abandonando a memória de lá, cada vez mais, e começou-se a sentir os efeitos da memória local, aqui. “Esse é o processo de historicização, funcionamento linguístico-histórico do português a que se filia a língua brasileira” (ORLANDI, 2009, p. 88).

No Brasil, a língua começa a funcionar em outra realidade, instalando-se assim a diferença. Não se fala mais a mesma língua do lado de lá e do lado de cá do Atlântico. “A memória do português de Portugal inicialmente funcionando como a memória Outra que dá a distância das situações enunciativas deixa de funcionar na situação discursiva brasileira”. Temos a universalização do domínio da língua falada aqui no Brasil, de modo que as diferenças são entendidas no espaço linguístico-discursivo brasileiro. Para Orlandi (2009, p. 88), “essas diferenças são produzidas pela relação com as línguas africanas, com as línguas indígenas, com as línguas dos imigrantes, com as de fronteira”.

Para Guimarães (2003, p. 48) "há, ainda, as línguas de fronteira, resultado muito particular da relação política geo-linguística de Estados diferentes". As línguas de fronteira surgem nas condições de produção brasileiras pelas relações políticas e linguísticas estabelecidas entre o Brasil e os países de fala hispânica. Para que se compreenda as línguas de fronteira é necessário, primeiramente, entender o processo de historicidade do português nas condições de produção brasileira, pois o português que entra em contato com espanhol nas fronteiras é o português brasileiro.

Segundo Guimarães (2005, p. 24-25) pode-se estabelecer quatro momentos distintos para a história do português no Brasil, considerando como elemento definidor a relação deste com as demais línguas praticadas no Brasil. O primeiro momento começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil, em 1654. Nesse período o português convive com as línguas indígenas, com as *línguas gerais*³ e com o holandês. A língua geral funcionava como uma língua franca e o português como língua oficial do Estado.

O segundo momento começa com a saída dos holandeses do Brasil até a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Esse período caracteriza-se por ser aquele em que Portugal toma medidas diretas e indiretas que levam ao declínio das línguas gerais. A população brasileira que era predominantemente indígena passa a receber um número crescente de portugueses assim como de negros que vinham para o Brasil como escravos. O espaço das línguas no Brasil, neste momento histórico, inclui também a relação das línguas africanas e o português. Os portugueses que vêm para o Brasil não vêm da mesma região de Portugal. Logo, "passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes" (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

³ "As línguas gerais eram línguas tupi faladas pela maioria da população. Eram as línguas do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes" (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Para Orlandi (2009, p. 89), a urbanização e a escolarização foram determinantes para a instalação de uma língua padrão, de prestígio com sua unidade. Para legitimar ainda mais o ideário de nacionalismo, as autoridades acreditavam na unificação linguística, falar-se uma única língua em todo território, proibindo o uso de outras línguas que, até então, eram faladas. A primeira ação das autoridades nesse sentido aconteceu um pouco antes da chegada da família real portuguesa, no ano de 1757, por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que decretou a Lei do Diretório, que proibia a *língua geral* e declarava como oficial a língua portuguesa.

Segundo Mariani (2004, p. 25-26) o ideário português era enlaçar língua e nação em um projeto único. Na ótica do colonizador, as três instituições nucleares do aparelho do Estado – religião, realeza e direito – simbolizavam um estágio avançado de civilização e deveriam ter como base uma única língua nacional gramatizada e escrita.

O terceiro momento do português no Brasil começa com a vinda da família real em 1808 e termina com a independência. Segundo Guimarães (2005, p. 24) “poderíamos utilizar, como data final desse período, 1826, pois é nesse ano que se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro”.

O quarto período começa em 1826. Com a independência e, depois, a República, o real da língua se impõe a partir do processo de gramatização, passamos a ter nossas instituições, nossa escrita, nossa língua, assim legitimada. Nesse período, segundo Guimarães (2005, p. 25), “a questão da língua portuguesa no Brasil, que já era língua oficial do Estado, se põe agora como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Temos aí constituída a sobreposição da língua oficial e da língua nacional”.

Antes da independência, havia muito fortemente um culto à língua escrita e literária, sob o modelo português. Depois da independência,

começou-se a voltar os olhos para o português do Brasil, produziram-se dicionários e gramáticas elaborados por brasileiros, também há um florescimento da literatura brasileira. Orlandi (2009, p. 95) afirma que “a própria estrutura é outra na medida que a língua se historiciza de maneira diferente e se constitui em uma outra memória”.

3 AS LÍNGUAS DE FRONTEIRA NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO SUL-RIOGRANDENSES

Refletindo sobre a historicidade do português brasileiro, pensa-se sobre como isso pode significar no discurso do fronteiriço, como esse já-dito influencia no dizer. Voltando um pouco na história, ainda nos tempos da colônia, muitos bandeirantes⁴ foram para o interior do Brasil, inclusive para o sul, sendo muitos deles paulistas. Estas eram pessoas que, muito provavelmente, não tinham acesso à aprendizagem da língua padrão da época. Logo, a língua portuguesa que entrou em contato com o espanhol rio-platense, ainda nos tempos da colônia, onde hoje é o Estado do Rio Grande do Sul, foi o português brasileiro, uma variante não padrão e com influência das línguas gerais e africanismos, conforme Guimarães (2005). Foi esse português, com a influência forte do espanhol e das outras línguas, pelas condições de produção sul-rio-grandenses, que constituiu o já-dito na qual depende o acontecimento. De acordo com Guimarães (2005, p. 15) o acontecimento é espaço de temporalização, ou seja, “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado”.

De acordo com esse autor, quando falamos, enunciamos, pelo funcionamento da língua no acontecimento, falamos enquanto sujeitos. “O

⁴ Bandeirantes é a denominação dada aos sertanistas do Brasil Colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, sobretudo o ouro e a prata, abundante na América espanhola. Também capturavam indígenas para escravização e exterminavam os quilombos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeirantes> Acesso em: 20/06/2015.

sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos" (GUIMARÃES, 2005, p.14). É dessa relação do interdiscurso com o dizer que surgem as línguas de fronteira. As condições de produção, neste caso, são determinantes para que o discurso do sujeito fronteiriço faça sentido neste espaço de enunciação fronteiriço.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

A proximidade geográfica, o intenso comércio com os países da Bacia do Rio da Prata, as disputas entre portugueses e espanhóis pelo território, entre outros fatores, corroboraram para que as condições de produção das fronteiras sul-rio-grandenses sejam diferentes das outras regiões do país e do próprio estado. A região fronteiriça é marcada por uma memória de litígios. De acordo com Colvero (2004), os jesuítas chegaram ao estado do Rio Grande do Sul no ano de 1626 e estabeleceram-se na chamada zona do "Tape". A partir dessa zona, eles começaram a fundar as chamadas reduções, que estavam sob o comando da Coroa espanhola. Porém, em 1636, as reduções do Tape foram atacadas pelas tropas do então bandeirante português Raposo Tavares.

Como tentativa de solucionar o clima de tensão na região sul-rio-grandense e de delimitar as fronteiras que pertenceriam às duas coroas, em 1750, os monarcas de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri. Porém, quando os índios reduzidos das missões tomaram conhecimento que os sete povos ficariam sob o domínio português revoltaram-se. Esse fato eclodiu na Guerra Guaranítica (1750-1756), que foi "palco" do massacre e derrota dos índios guaranis e acabou determinando o fim das reduções jesuíticas. Porém, mesmo com o tratado de Madri, o clima de tensão entre

Portugal e Espanha pelo domínio das terras ao sul do continente não cessaram.

Em 1761, assinou-se o Tratado de El Pardo, em 1777, o de Santo Ildefonso, porém em nenhum destes se conseguiu solucionar o problema das fronteiras. De acordo Colvero (2004) “as fronteiras luso-brasileiras e hispano-platinas, como a divisa com o Uruguai, só começaram a ser definidas com os tratados de limites em 1851”. A partir desse momento, iniciou-se um período em que as disputas territoriais foram marcadas por discussões, principalmente diplomáticas, até que se entrasse em um acordo através de um tratado de paz. Toda essa memória de litígios, essa luta por território, intensificou o contato entre brasileiros e rio-platenses, o que acabou influenciando a língua falada na fronteira.

Uma história das línguas praticadas nas zonas de fronteira do Brasil deve ser considerada a partir de duas condições fundamentais: a primeira, que as nossas fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um velho par de línguas, com um contato histórico e genealógico muito estreito, que é o do português-espanhol; a segunda, que a história de contato dessas línguas, na América, é compartilhada pela história de outras línguas com quais convivem e/ou entram em conflito. Ambas as condições são reforçadas pelo modo como nossas fronteiras políticas foram sendo constituídas ao longo da história (STURZA, 2005, p. 47).

De acordo com Sturza (2006, p. 122) “a manutenção de um litígio que por longos anos sustentou o imaginário fronteiriço de que o outro é “hermano” mas também é o “inimigo”, retoma, nas línguas e nos dizeres sobre elas, o sentido geopolítico da fronteira”. Os sentidos das palavras “castelhano” ou “castelhanos” também se inscrevem nesta memória. Estes termos remetem aos indivíduos que estão do outro lado da fronteira brasileira, porém os nomes têm, ainda, um caráter pejorativo, o de inimigo. “Castelhano” é ambíguo – reescreve memórias de litígio, de conflito, mas também de identidade. Outra palavra em que os sentidos podem ser outros é o “Portunhol”. Nos discursos acadêmicos, como os da Linguística Aplicada, este é definido como um processo intermediário de aprendizagem do

espanhol por aprendizes brasileiros. Outra definição para esse fenômeno é como o resultado do cruzamento das línguas, inserindo-se como uma prática de linguagem no quadro das línguas de fronteira (Sturza, 2006, p. 130-131).

Para Mota (2014, p. 44) o termo "portunhol" funciona como uma espécie de "curinga", circulando e deslocando-se por diversos espaços, dentre eles, no espaço de enunciação da fronteira. Neste lugar, o termo "portunhol" designa a língua de mistura, entre o espanhol e o português.

As fronteiras sul-rio-grandenses são, sem dúvida, onde o contato linguístico foi historicamente determinado pelas línguas do Estado. "Nessa fronteira, o contato linguístico entre o português e o espanhol é decorrente de um século de litígios pelo domínio dos territórios, de uma política expansionista de ocupação da região e militarização das áreas, além da existência de povoados desenvolvidos e de um intercâmbio econômico, cultural e social já consolidado" (STURZA, 2005, p. 47).

Assim, a região da fronteira torna-se um lugar propício para o estudo do funcionamento do político. Segundo Guimarães (2005, p. 17) o político é a contradição que instala um conflito no centro do dizer. Logo, "o acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político".

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

No espaço de enunciação fronteiro se estabelece um conflito entre a língua nacional e as línguas de fronteira. De acordo com Guimarães (2003, p. 48) "a relação entre estas línguas é regulada pelo fato de que o Português é a língua oficial e a língua nacional do povo brasileiro". A língua nacional "é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá aos seus falantes uma relação de pertencimento a este povo". Já a língua oficial "é a

língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais" (GUIMARÃES, 2003, p. 48). O português tem a característica de língua civilizada, por ser a língua nacional e oficial do Estado. Esta está em oposição às línguas de fronteira, que não possuem o mesmo prestígio, logo há uma divisão na língua.

Sturza (2006) define o espaço de enunciação fronteiriço como um espaço político onde entram em conflito as línguas nacionais de Estados diferentes (português e espanhol) juntamente com as línguas de fronteira.

O sujeito enunciador de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente a outro falante de outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, e também terminam, os domínios de uma outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional (STURZA, 2006, p. 60).

Segundo Guimarães (2003, p. 50) além do conflito que se estabelece entre a língua nacional e oficial com as demais línguas no espaço de enunciação, o registro formal também passa a ser normativamente a língua, enquanto que as demais divisões da língua são significadas como erradas. As gramáticas, os dicionários, a escola e a mídia têm nisso papel decisivo.

É nesse ponto que se parte do conceito, proposto por Orlandi (1988), do que é língua imaginária e língua fluida. As línguas-imaginárias "são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias". Já "a língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção" (ORLANDI, 1988, p. 28-29).

Analisando estes conceitos propostos por Orlandi (1988) pode-se considerar que a língua padrão, a que está fixada pela norma, enquadra-se

no conceito de língua imaginária, enquanto que as outras partições da língua, como as línguas de fronteira, poderiam ser consideradas como línguas fluidas, pois estas não estão pressas a normatividade, fluindo livremente no espaço de enunciação fronteiriço.

As línguas de fronteira fazem sentido no discurso dos sujeitos fronteiriços, nas suas próprias condições de produção. No espaço de enunciação fronteiriço estabelece-se como que um "contrato" entre os falantes. O discurso de um falante fronteiriço faz sentido para um outro falante fronteiriço, pois entre eles os "implícitos", conforme Pêcheux (1999), contemplaram o que o discurso de um e de outro necessita para fazer sentido, a condição do legível em relação ao próprio legível.

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005, p. 18).

De acordo com Petri & Medeiros (2013), já no século XIX e no início do século XX, produziram-se instrumentos linguísticos como vocabulários e glossários que identificaram os sujeitos que viviam no extremo sul do Brasil como falantes de uma língua que era diferenciada das que eram faladas no restante do Brasil. Os falantes sul-riograndenses começaram a ser determinados pela língua que falam. Essas autoras refletiram sobre a relação entre o regional e o nacional a partir de quatro obras, sendo que duas referem-se ao linguajar gaúcho: *Colleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Pereira Coruja (1852), *Popularium sulriograndense e o dialecto nacional*, de Appolinario Porto Alegre (1870). Já nesta época, podia-se perceber que o espaço de enunciação do Brasil não era homogêneo, ou seja, não se falava a mesma língua em todo o território nacional. Assim, as autoras designaram como

“língua partida” as diferentes maneiras de pensar a língua portuguesa no Brasil: no âmbito nacional, regional e local.

Na obra de Coruja, de meados do século XIX, já é possível encontrar a distinção entre um sujeito que fala a língua na “região da campanha” e o que é admitido “no centro das povoações” (Petri e Medeiros, p. 56). A região da campanha é a mesma região de fronteira, logo se observa, através dos instrumentos linguísticos citados, que já no século XIX o discurso do sujeito fronteiriço era diferenciado das outras regiões do Estado. Logo, as línguas de fronteira enquanto “línguas de cultura são línguas de identidades locais, e não de identificação com a nação, com o povo brasileiro” (GUIMARÃES, 2003, p. 52).

Segundo Sturza (2005, p. 48), designar as práticas linguísticas desta região não é uma tarefa fácil, pois depende dos posicionamentos políticos no próprio contexto nacional de ambos os países envolvidos, pois o português é “brasileiro” e o espanhol é “castelhano”, o que marca a diferença das línguas internamente às suas hereditariedades linguísticas – língua portuguesa de Portugal e língua espanhola da Espanha e aos seus domínios políticos na América luso-hispânica. Não se pode ignorar que além do espanhol haja a presença de outras etnias como árabes, italianos e alemães, em cidades limítrofes como Chuí, Uruguaiana, Aceguá, Livramento. Estas outras línguas também fazem parte da memória do já-dito (interdiscurso) e também significam no discurso dos sujeitos que vivem na fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há uma memória que traz para a enunciação um passado das línguas” (STURZA, 2006, p. 136). Neste artigo foi possível refletir sobre isto, no quanto o interdiscurso, a historicidade e as condições de produção influenciam no discurso dos sujeitos. Para se pensar “sobre” a língua é

necessário refletir sobre a sua memória. A ideia de que em todo o território brasileiro se fala uma única língua é um grande equívoco, pois as condições de produção são muito variáveis de um lugar para outro, visto o vasto território do país. Para Guimarães (2003) as línguas funcionam sempre em relação a outras línguas e estas são sempre divididas e é por isso que se tornam, historicamente, outras. Nas fronteiras com os países da Bacia do rio da Prata, como se demonstrou, há uma historicidade diferenciada do resto do Brasil, o que influencia na fala dos sujeitos que vivem nessas regiões. É assim que significam as línguas de fronteira.

Orlandi (2002, p. 127) propõe um novo regime de funcionamento na relação entre unidade/diversidade: “a unidade não refere o português do Brasil ao de Portugal mas, agora, às variedades no Brasil. Garante-se, assim, a unidade necessária do português-brasileiro referido a seu funcionamento nessa sua historicidade, o que lhe dá singularidade”. As línguas de fronteira fazem parte desse novo regime de funcionamento e constituem-se como um elemento forte no processo de identificação social de um determinado grupo humano.

LA MEMORIA DISCURSIVA Y LA HISTORICIDAD DE LAS LENGUAS DE FRONTERA EN LAS CONDICIONES DE PRODUCCIÓN SUL-RIOGRANDENSES

Resumen: Este artículo trata sobre dos presupuestos del Análisis de Discurso: la memoria discursiva y la historicidad. Movilizando esos conceptos, se objetiva reflexionar sobre el funcionamiento de las lenguas de frontera y como estas hacen sentido en el discurso de los sujetos que viven en la frontera. Como base teórica para esta reflexión, recurrimos a obras de Orlandi, Guimarães y Sturza. Con este trabajo, fue posible comprender lo cuanto el interdiscurso, la historicidad y la memoria discursiva significan en el discurso de los sujetos. En Brasil, la lengua no es homogénea, hay una diversidad de lenguas que necesitan de la memoria (interdiscurso) para funcionar. Las lenguas de frontera están incluidas en esa diversidad y son un elemento fuerte de identificación de los sujetos que viven en las zonas limítrofes del estado del Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Memoria discursiva. Historicidad. Lenguas de frontera.

REFERÊNCIAS

- COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2004. 224 p.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. 96 p.
- _____. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura [online]*. São Paulo, v.57, n.2, p. 24-28, Ab/Jun, 2005.
- _____. Enunciação e Política de Línguas no Brasil. *Revista Letras*. Santa Maria, n.27, p.47-53, Dez, 2003.
- MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MOTA, Sara dos Santos. *Portunhol e a sua re-territorialização na/pela escrit(ur)a literária: os sentidos de um gesto político*. Data da defesa: 25 de fevereiro de 2014. 186 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). UFSM, Santa Maria, 2014.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- _____. *Política Linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. *Língua Brasileira e Outras Histórias – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (org.). *Política Linguística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Revista Letras*. Santa Maria, v.23, n.46, p.43-66, jan./jun.2013.

STURZA, Eliana R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura [online]*. São Paulo, v.57, n.2, p. 47-50, Ab/Jun, 2005.

_____. *Línguas de Fronteira e Política de Línguas: uma História das Ideias Linguísticas*. 2006. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, Campinas - SP, 2006.